

# Estudo da morfologia verbal do imperativo: o fenômeno do uso de formas variantes

**Gisela Sequini Favaro**

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Unesp/Araraquara

E-mail: [giselasfavar@gmail.com](mailto:giselasfavar@gmail.com)

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7321-7935>

**Revista Falange Miúda**

ISSN 2525-5169

**Periodicidade:**

Chamada temática

**Volume 5**

**Número 2**

**Recebido em:** 22/02/2020

**Aprovado em:** 13/05/2020

## Resumo

Busca-se com este estudo realizar a análise da estrutura morfológica no processo da flexão verbal das formas imperativas em Português Brasileiro (PB), com a finalidade de mostrar que os paradigmas retratados nos estudos tradicionais não revelam as especificidades reais do sistema da flexão verbal do PB. Assim, pretendemos analisar o fenômeno da variação entre formas indicativas e subjuntivas para expressar ordens e pedidos, a partir de uma perspectiva morfológica, visando trazer uma maior compreensão acerca da estrutura do sistema flexional verbal do português atual.

## Palavras-chave:

Imperativo, Morfologia, Flexão-Verbal.

## 1 Considerações iniciais

Este estudo nasceu através do reconhecimento da necessidade de se elaborar um novo manual acerca da morfologia flexional dos verbos em português, uma vez que os postulados, presentes principalmente nas gramáticas tradicionais, apresentam o paradigma verbal como um sistema fechado e que deva ser memorizado.

Ao nos basearmos em afirmações do tipo “a língua portuguesa é uma continuação ininterrupta, no tempo e no espaço, do latim levado à Península Ibérica pela expansão do império romano”, tal como propõe Bechara (2009) e tantos outros estudiosos da língua, para descrever e explicar o funcionamento linguístico do português, em especial do PB, acabamos muitas vezes negligenciando fatos e informações que os dados da língua podem revelar.

Neste sentido, buscamos com este estudo realizar a análise da estrutura morfológica no processo da flexão verbal das formas imperativas em Português Brasileiro (PB), com a finalidade de mostrar que os paradigmas retratados nos estudos tradicionais não revelam as especificidades reais do sistema da flexão verbal do PB, especialmente quando se trata do fenômeno da variação.

## 2 Variação e mudança: o comportamento do imperativo no PB

Faraco (2008) afirma que a representação da norma culta vista como superior e melhor que as demais faz com que muitos confundam essa norma com a língua e os faz considerar que todas as outras variedades são deturpações. Para o autor, qualquer língua é sempre heterogênea e repleta de variedades. Como mostra a linguística histórica, as mudanças não alteram a “plenitude estrutural de nenhuma das variedades da língua. Elas passam por contínuas reconfigurações estruturais e nunca perdem seu caráter estruturado” (FARACO, 2008, p.75).

A norma culta, como entende Faraco (2008), é mais uma das variedades da língua, com funções sócio culturais bem peculiares e seu prestígio é decorrente de processos sócio históricos que vão ao longo dos tempos agregando valores a ela. De acordo com o autor, do ponto de vista gramatical, as variedades (as normas) se equivalem, ou seja, são totalmente organizadas. Segundo Naro e Scherre (2007, p.26), bem antes da chegada dos portugueses ao Brasil, a nação portuguesa já apresentava uma história de contato com povos que não dominavam sua língua. Do século VIII até o século XI, uma parte de Portugal era ocupada por árabes e durante o período da Idade Média os portugueses participaram das Cruzadas, o que proporcionou contato direto com diversos povos da Europa, África e Oriente Médio.

Sobre a variação do uso do imperativo, Scherre (2004) considera que não existe estigma social relacionado ao uso do imperativo na forma indicativa ou subjuntiva. Para a autora, “as duas formas não são marcadas de prestígio e nem são usadas como estereótipos do suposto mal falar” (SCHERRE, 2004, p.225). Scherre (2004) argumenta que é possível observarmos em textos de jornais, revistas, cartazes, letreiros, etc., construções sintaticamente imperativas, mas com verbos na forma subjuntiva como é possível observar nos exemplos:<sup>1</sup>

(1) CORRA, SALTE, ANDE E DEIXE DE FUMAR. (Correio Brasiliense, 25/6/1999, Mundo, p.4).

(2) EVITE O CONSUMO EXCESSIVO DE ÁLCOOL - PROIBIDA A VENDA PARA MENORES DE 18 ANOS (Rótulo de aguardente de cana mineira Tira Mágoa, 2001).

(3) LEIA COM ATENÇÃO (Propaganda da cartomante brasiliense Dona Júlia, 2001).

Para Scherre (2004), embora os enunciados imperativos da escrita sem a presença do diálogo possuam uma correlação muito próxima com a norma da gramática, este fato não ocorre porque os redatores teriam tido consciência de estar escrevendo conforme a norma estabelecida, mas sim porque “para transmitirem inequivocamente a mensagem imperativa, os redatores têm basicamente a opção de usar o verbo na forma subjuntiva” (SCHERRE, 2004, p.221). Scherre (2004) ainda acrescenta que se os enunciados fossem redigidos com o verbo na forma indicativa, as sentenças poderiam não ser interpretadas como imperativas, no seu papel de aconselhar, sugerir, persuadir, ordenar e suplicar, sem sujeito sintaticamente expresso.

Borges (2004), em sua dissertação de mestrado, trabalhou com formas verbais imperativas em tiras de jornais de grande circulação. As conclusões da autora nos direcionam para a eficácia comunicativa das formas variantes, pois são bastante usadas em situações de diálogos, situações predominantes nas tiras analisadas por Borges (2004). O argumento da autora para o uso das formas variantes, sobretudo a forma indicativa, é o fato de estarmos caminhando para certa obrigatoriedade do uso do sujeito no PB, “o que resulta em não serem mais necessárias formas distintas para o imperativo e o indicativo” (BORGES, 2004, p.141).

De acordo com Borges (2004), “uma forma indicativa com pronome sujeito indicaria o presente do indicativo. Já uma forma indicativa sem sujeito expresso seria interpretada como uma ordem; o imperativo, então, seria caracterizado principalmente por não ter sujeito”. Partindo de argumentos históricos para reforçar seu ponto de vista, a autora retoma o fato de já se usar o indicativo no

---

<sup>1</sup> Exemplos retirados de Scherre (2004, p.221).

latim em lugar do imperativo e no latim vulgar já haver uma “confusão” entre indicativo e imperativo, que, de acordo com Maurer Jr. (1959), está associada ao uso da 2<sup>a</sup>ps em latim vulgar. Para ele, o imperativo afirmativo da 2<sup>a</sup>ps também era possível de ser encontrado na forma subjuntiva.

Sobre este assunto, Silveira Bueno (1958, p. 175) afirma que todas as formas do imperativo são encontradas na língua arcaica, isto é, “as do imperativo propriamente dito e as do supletivo<sup>28</sup>, quando a ordem se transforma num pedido, numa simples aspiração” (BUENO, 1958, p.175). O autor afirma que no período arcaico era possível encontrar o presente do subjuntivo, o infinitivo e o futuro do indicativo em função do imperativo, como mostram os exemplos:

(4) “Senhora, benza-vos Deus. Deus vos mantenha, senhor!”. (Gil Vicente- O Velho da Horta) mantenha: subjuntivo

(5) “Sus! Andar!” (Gil Vicente- O Velho da Horta) andar: infinitivo

(6) “E vós, alma, rezareis, contemplando as vivas dores da Senhora [...]” rezareis: futuro do indicativo. (Gil Vicente- Obras 3)

Scherre (2005, p.123) constata que o uso da forma do imperativo associado à forma indicativa pode ser vastamente observado em diálogos de revistas de histórias em quadrinhos, diálogos de obras de inúmeros escritores, letras de músicas, estrofes de poesias, etc. De acordo com a autora, a variação da forma imperativa transita de um polo ao outro, ou seja, podemos encontrar uma ausência quase que absoluta de imperativo na forma indicativa na fala de personagens estrangeiros, como por exemplo, o Tio Patinhas, até sua presença quase absoluta nas falas de personagens brasileiros, como o famoso representante nativo da área rural criado por Maurício de Souza, o Chico Bento. Para a autora, em textos de outros gêneros a riqueza da variação das formas verbais imperativas é ímpar. Scherre (2005, p. 123-124) afirma que,

Diálogos de múltiplas versões da história infantil de Chapeuzinho Vermelho só vão apresentar mais formas imperativas associadas ao indicativo na pena de Maria Clara Machado, escritora carioca. Da mesma forma, Nelson Rodrigues, recifense de nascimento e carioca de formação, privilegia a manifestação do imperativo nas formas indicativas [...]. No verso, Carlos Drummond de Andrade dá preferência ao imperativo nas formas indicativas; na prosa privilegia o imperativo nas formas subjuntivas [...]. Em *Tieta do Agreste*, Jorge Amado exacerba o uso do imperativo nas formas subjuntivas; em *Capitães de Areia*, apresenta leve tendência pelas formas indicativas.

Outro estudo que trata sobre o uso das formas verbais imperativas no português brasileiro foi desenvolvido por Cardoso (2009). A autora focalizou a variação e a mudança evidenciada em dois grupos de falantes de regiões distintas

do Brasil, a saber: Fortaleza e Distrito Federal. De acordo com Cardoso (2009, p.1487),

Constata-se que no português brasileiro o uso do modo imperativo gramatical varia entre as formas do imperativo associado ao indicativo e do imperativo associado ao subjuntivo, tanto para a língua escrita como para a língua falada em situação de diálogo. Fatores linguísticos e sociais interferem nesse processo de variação.

Cardoso (2009) propõe, considerando a tradição gramatical, que em certos contextos, o pronome *você* prevê o uso de formas verbais subjuntivas, enquanto que o imperativo expresso na forma de indicativo seria mais restrito para os contextos em que aparecem o pronome *tu*. Para efetuar as análises dos dados coletados, Cardoso (2009) se baseou em informações sobre os traços culturais e identitários correlacionados a fatores linguísticos para que se fosse possível ter uma visão “do conjunto de fatores que envolve o processo de variação e mudança linguística [...]” (CARDOSO, 2009, p.149).

Assim, cada indivíduo, motivado por fatores socioidentitários, pode apresentar comportamento diferente considerando a velocidade da mudança. Sobre os aspectos linguísticos relacionados à variação do imperativo, a autora afirma que tal variação acontece em níveis diferentes e que os fatores linguísticos vão apresentar maior ou menor influência em função da região do falante. Cardoso (2009) conclui que a percepção que o falante tem do uso das formas variáveis do imperativo pode ser motivada por aspectos sociais que estão subjacentes às questões linguísticas.

### 3 O “modo verbal”

Jespersen (1924) define modo como uma categoria sintática, que é mostrada através do processo de flexão verbal, enquanto a modalidade está localizada na esfera da categoria nocional. De acordo com o autor, ela (modalidade) não é expressa em todas as línguas através da morfologia verbal, sendo muitas vezes representada pelos verbos modais ou partículas que podem ser separadas dos verbos.

Palmer (1986, p. 21) também ressalta que é relevante realizarmos uma distinção entre modo e modalidade ao estudarmos a categoria modo. Para o autor, a distinção entre modo e modalidade é semelhante à que existe entre tempo gramatical (tense) e tempo (construto mental, time), gênero e sexo. Existem, no entanto, alguns problemas relativos tanto à terminologia quanto à natureza do modo e a maneira como ele se relaciona, ou parece se relacionar, à modalidade.

Segundo Palmer (1986, p.21) o termo modo é tradicionalmente restrito a um estado expresso na morfologia verbal, e é formalmente uma categoria morfosintática do verbo, como tempo e aspecto, embora a sua função semântica relacione-se com o conteúdo de toda a sentença. Já a modalidade é definida pelo autor como a gramaticalização das atitudes e opiniões (subjetivas) do falante. Palmer (1986), baseado nos estudos de Jespersen (1924), distingue a modalidade em duas categorias: a epistêmica e a deôntica e suas subcategorias.

Para Palmer (1986), a modalidade epistêmica relaciona-se com as noções de possibilidade e necessidade e envolve também o grau de compromisso do falante com o que ele diz, incluindo, dessa forma, os juízos próprios e o tipo de garantia que ele tem para o que ele diz. Já a modalidade deôntica relaciona-se às modalidades como contendo um elemento de vontade.

De acordo com Palmer (1986), a modalidade, de uma maneira abrangente, acontece por meio dos verbos lexicais relacionados à expectativa e ao desejo (*I hope John will come.*) e imperativos (*Come here.*) Porém, o autor declara que a modalidade não está somente ligada ao verbo, mas à toda a sentença. No caso do inglês, por exemplo, a modalidade também é marcada em outros termos da oração, envolvendo os verbos modais, como advérbios (*maybe, probably, etc.*).

Para o autor, em suma, a modalidade caracteriza uma categoria que possui um conjunto de formas que permitem a expressão do posicionamento do falante com relação ao que seria a possibilidade de um evento apresentado por um verbo. Já modo seria uma das possibilidades de se expressar a modalidade.

Travaglia (1981), ao fazer algumas considerações sobre modo, em especial do modo imperativo, afirma que suas flexões marcam essencialmente modalidade, acrescentando que o imperativo é enunciado no tempo presente, mas expressa uma ação que está por realizar-se.

O autor define modo como “a atitude do falante com relação ao seu próprio enunciado, a explicitação da atitude psíquica do falante em face da situação que exprime” (TRAVAGLIA, 1981, p.295). Travaglia (1981) apresenta as noções modais que podem ser indicadas: certeza, prescrição, obrigação, necessidade, intenção, possibilidade e probabilidade. A cargo das formas verbais imperativas fica a expressão da prescrição ordenativa positiva ou negativa.

Ilari e Basso (2007), a partir de uma visão descritiva, declaram que o modo se refere àquilo que se altera nas sentenças, opondo-se a *dictum*, o conteúdo proposicional que não se altera. De acordo com os autores, os modos são capazes de distinguir ações, colaboram na distinção entre o real e o irreal e aparecem como parte de certos automatismos sintáticos. Para os autores, em um dos eixos da “área modo” está a modalização.

O aspecto mais relevante ressaltado por Ilari e Basso (2007) consiste no fato de que, ao analisarmos os exemplos de modalidade nas línguas naturais, devemos sempre considerar que eles precisam ser analisados levando em conta seu vínculo

com a realidade. Nesse caso, ao modalizar, o falante acaba considerando um determinado estado de coisas a partir de conhecimentos, valores ou obrigações que são estabelecidos e compartilhados por seu interlocutor.

Fazendo um recorte e detendo-se à definição do modo imperativo, Pontes (1972), ao fazer sua análise sobre o modo, afirma que em português temos apenas o modo indicativo e o modo subjuntivo, não fazendo qualquer tipo de comentário sobre o modo imperativo. Porém, ao final de sua obra, a autora afirma que não temos mais o imperativo, mas uma extensão do uso do presente do indicativo.

Menon (1984) afirma que, por mais que em uma língua não exista o modo imperativo, isso não atesta que não haja outros recursos que possam exprimir ordem ou proibição. Neste caso, para dar ordem, além da utilização de outros modos que não sejam o imperativo, nem precisamos utilizar palavras, bastando gestos, sinais ou olhares.

#### 4 Imperativo e o uso de formas variantes - perspectiva morfológica

As gramáticas tradicionais descrevem o imperativo como uma forma do verbo dentro do paradigma de conjugação, a saber uma forma de modo ao lado de indicativo e subjuntivo. Sobre a composição formal do modo imperativo, segundo Cunha e Cintra (2008) e Bechara (2009), temos a seguinte situação: o imperativo afirmativo deriva do presente do indicativo a 2ª pessoa do singular e a 2ª pessoa do plural, mediante supressão do -s final (*cantas* > *canta*; *cantais* > *canta*). As demais pessoas são extraídas do presente do subjuntivo (*cante*, *cantemos* e *cantem*). Já o imperativo negativo é formado a partir do presente do subjuntivo com o acréscimo da palavra não antes das formas verbais conjugadas (*não cantes tu*, *não cante você*, *não cantemos nós*, *não canteis vós* e *não cantem vocês*).

Entretanto, o paradigma retratado nos estudos tradicionais não revela as especificidades reais do sistema. As formas verbais do PB são compostas de constituintes morfológicos, p.ex. a forma *cant-a-va-s* dos constituintes *cant-*, *-a-*, *-va-* e *-s*. A tradição gramatical reconhece quatro classes de constituintes: o radical, p.ex. *cant-*, a vogal temática, p.ex. *-a-*, a desinência modo-temporal, p.ex. *-va-*, e a desinência número-pessoal, p.ex. *-s* (cf. Rodrigues e Campos 2015, p. 162). Porém, uma análise mais aprofundada permite a distinção de sete classes de constituintes: radical verbal, vogal temática, formativo de ampliação temática, vogal epentética, vogal pós-temática, formativo de marcação modo-temporal, desinência número-pessoal.

As formas denominadas de imperativo, para a 2ªps e 2ªpp, são formadas, em grande parte dos verbos, pelo tema (radical + vogal temática), p.ex: *vend-a*, ou somente pelo radical em formas do tipo *traz-*. É possível notar que não há o acréscimo das desinências de modo-tempo e número pessoa, assim,

morfologicamente, podem ser consideradas formas neutras, não-marcadas, nem finitas e nem infinitas (cf. Bredel/Lohnstein, 2001).

Uma forma do tipo *cant-a* é um tema. No estatuto (na função) não-finito, ela é usada como imperativo. Ela pode ser reaproveitada como finita, quando se subentende um sujeito da 3ªps (ele) *cant-a* ou quando se tem um sujeito explícito da 3ªps. Ou seja: pela presença de um sujeito, a forma muda de estatuto, de não-finito para finito. Como todas as formas não-finitas, essa forma possui o potencial para ser usada como pedido, convite, ordem etc. Com desinência número-pessoal, ela perde esse potencial.

Neste viés, o imperativo é uma forma não-flexionada, nem finita, nem infinita (pois as infinitas também têm desinências no PB), uma forma neutra que pode ser usada para fazer ordens etc. (executar atos de fala diretivos). Além disso, essa mesma forma pode também ser usada como 3ps do sg, indicativo do presente, portanto como a forma finita mais simples e neutra. Sob o aspecto do paradigma, assim como Wiese (2003) propõe, temos para o PB, no indicativo do presente, as seguintes formas:

(7)

sg	pl
3a cant-a	cant-a-m
1a cant-o	cant-a-mos
2a cant-as	

Observando as formas do indicativo do presente, temos que a forma da terceira pessoa deve ser a não-marcada, isto é, a forma mais simples e mais neutra. Ela serve para o falante se referir a outrem (*a Maria cant-a*) ou ao destinatário (*você cant-a*). No plural, a forma da terceira pessoa ganha o /m/. A forma da primeira pessoa deve ser mais marcada. Ela só serve para o falante se referir a si mesmo. No singular, ela ganha a vogal mais alta e redonda /o/, que entra no lugar da vogal temática. No plural, permanece a vogal temática, acrescenta-se a desinência -mos, que contém o /m/ do plural, o /o/ da primeira pessoa e mais o /s/, que aqui talvez não tenha uma função própria.

A forma da segunda pessoa com certeza é a mais marcada. Ela tem a vogal temática mais o /s/. Ela está em uso apenas no singular e apenas em contextos específicos. Em geral, o número menos marcado (singular) tende a distinguir mais formas do que o número marcado (plural), o que se vê aqui também. No plural, para referir-se ao destinatário, usa-se invariavelmente a forma da terceira pessoa.

Em função de serem as formas mais neutras do sistema, elas podem ser utilizadas para expressarem ordens ou comandos. Os imperativos, de acordo com Deppermann (2006), são formas econômicas usadas em contextos em que é

relevante os interlocutores se comunicarem com rapidez e eficiência, já que se encontram envolvidos em um “jogo discursivo co-construído” por assim dizer.

Já atos de fala diretivos não-preparados, inseridos em contextos que não requerem tanta rapidez e economia e executados entre interlocutores ainda não envolvidos em um jogo discursivo comum, são formulados de preferência com formas não-imperativas.

O sistema oferece, neste sentido, aos falantes, outros meios para exprimir os diversos sentidos apresentados pelo imperativo (ordem, comandos, etc.), como ilustram os seguintes exemplo extraídos de Cunha e Cintra (2008):

(8)

a) presente do indicativo: *O senhor me traz o dinheiro amanhã.* (= *Traga-me o dinheiro amanhã.*)

b) futuro do indicativo: *Tu irás comigo!* (= *Vem comigo!*)

c) pretérito imperfeito do subjuntivo: *Se você se calasse!* (= *cale-se!*)

d) infinitivo impessoal: *Marchar! Direita, volver! Sublinhar os verbos do texto.*

e) gerúndio (aparece em construções elípticas e frequentemente na linguagem popular): *andando! correndo!* etc.

O uso das formas finitas (p.ex. do subjuntivo) pode, como nota-se nos exemplos anteriores, ser concretizado para efetuar atos de fala diretivos. Tais formas podem ter a tendência de se transformarem em imperativas diacronicamente (um fenômeno de gramaticalização). Segundo Castilho e Elias (2012), estas alterações sobre a gramática do português brasileiro foram “tsunâmicas”. Para eles, o imperativo tradicional foi “engolido pelas águas, e hoje não passa de um jogo entre formas do indicativo e formas do subjuntivo”.

Para os autores (cf. Castilho e Elias, 2012), de forma aparente, utilizamos o indicativo com valor de imperativo quando há uma relação de simetria entre os locutores: *Deixa disso!* (relação de simetria, proximidade). Entretanto, se o ambiente ou a situação exigir mais respeito ou formalidade dá-se preferência para as formas do subjuntivo: *Deixe disso!* Porém, quando se trata do uso 3pl, usa-se exclusivamente a forma do subjuntivo com o valor de imperativo, p.ex: *Cantem o hino nacional com respeito!*, *Escrevam com atenção o texto!*. O indicativo restringe-se à forma da 3pl: *Fala mais baixo!* *Coma logo a maçã!*

Assim, as formas imperativas podem ser sincretizadas com outras formas em grande parte do sistema. Embora haja, no paradigma da GT gramática tradicional

alguns verbos (ser, ir, querer, estar e dar) que possuem uma forma distinta para assinalar o imperativo, p. ex. sê (verbo ser) elas não são marcadas atualmente no PB tanto na fala quanto na escrita. Com isso, no PB não é identificada uma forma (plano discursivo-semântico) exclusiva para representar os atos de fala do tipo ordem, pedido ou mandamento.

#### 4 Considerações Finais

De acordo com Borges (2004, p.140), a fragilidade do modo imperativo pode estar relacionada com a falta de sua produtividade funcional, uma vez que há várias outras formas com a mesma função, como, por exemplo, o uso do presente do indicativo. Para a autora, tanto na dimensão sincrônica quanto na diacrônica, já havia uma abertura para que o modo indicativo pudesse penetrar no campo de ação do imperativo.

Baseando-se nos estudos desenvolvidos por Câmara Jr. (1964, 1972, 1975), Pontes (1972), Stavrou (1973) e Scherre (2002, 2005), Borges (2004, p,142) declara que a função imperativa é suprida sempre por formas verbais conjugadas nos modos indicativo ou subjuntivo. Para a autora, o imperativo não existe mais no PB enquanto modo independente e oposto aos demais modos (indicativo e subjuntivo).

Podemos afirmar a partir deste estudo que o imperativo, morfologicamente, trata-se de um radical ou tema, às vezes alomorfe do radical e é uma forma neutra, não-marcada, nem finita, nem infinita, como propõem Wiese (2003), Bredel e Lohnstein (2001). Formas finitas (p.ex. do conjuntivo) podem ser usadas para efetuar atos de fala diretivos. Tais formas podem ter a tendência de se transformarem em imperativas diacronicamente (um fenômeno de gramaticalização).

## Referências

- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2009.
- BORGES, P. R. **Formas verbais imperativas em tiras de jornais paulistas**. 2004. 200 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2004.
- BUENO, F. S. **A formação histórica da língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- CÂMARA, J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1975[1970].
- \_\_\_\_\_. **Dispersos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1964.
- CARDOSO, D.B.B. **Variação e Mudança no Português Brasileiro: gênero e identidade**. Tese (Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília) - UNB, Brasília, 2009.
- CASTILHO, A. T.de; ELIAS, V. M. **Pequena Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CUNHA.C; CINTRA.L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008. 5 ed.
- DEPPERMAN, A. Construction Grammar – Eine Grammatik für die Interaktion. In: DEPPERMAN, A; FIELHER, R.; SPRANZ-FOGASY, T. (orgs.). **Grammatik und Interaktion**. Rodolfzell: Verlag für Gesprächsforschung, 2006, 43-65.
- FARACO, C. A. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.
- ILARI, R., BASSO, R. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2007.
- JESPERSEN, O. **A modern English grammar I-VII**. Copenhagen: Einar Munksgaard, 1924.
- LOHNSTEIN, H.; BREDEL, U. Zur Ableitung von Tempus und Modus in der deutschen Verbflexion. In: **Zeitschrift für Sprachwissenschaft** 20.2, 2001, p. 218-250.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- PALMER, F. **Mood and Modality**. Cambridge: University Press, 1986.
- PONTES, E. **Estrutura do verbo no português coloquial**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- REIS, D. L. **O uso do futuro do subjuntivo: um estudo funcionalista sobre verbo e modalidade**. Fresilorianópolis, 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- RODRIGUES, A.; CAMPOS; O., G. L. A. S. de. Construção do vocábulo flexionado. In RODRIGUES, A. e ALVES, M. I. (org.). **A construção morfológica da palavra**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 159-174.
- RYAN, M. A. **Conjugação dos verbos em português: prático e eficiente**. 12.ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

SALUM, M. E. L. **Morfologia do verbo português em obras de referência**. São Paulo, 2007. Tese. (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

SCHERRE, M.M.P; **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito**. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. **Norma e uso: o imperativo no português brasileiro**. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Org.) O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual. Madrid:Iberoamericana, 2004. p.231-260.

\_\_\_\_\_. **Uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro**. In: Bagno, M. Linguística da norma. São Paulo: Loyola, 2002.

TRAVAGLIA, L. C. **O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão**. 3 ed., Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1994.

WIESE, B. Zum Bau der Flexionsparadigmen des Gegenwartsdeutschen aus formbezogener Sicht. Disponível em: <http://www1.ids-mannheim.de/fileadmin/gra/texte/wi6.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

# Study of the imperative verbal morphology: the phenomenon of the use of variant forms

**Revista Falange Miúda**  
ISSN 2525-5169

**Periodicity:**  
Thematic issue

**Volume 5**  
**Number 2**

**Received in:** 22/02/2020  
**Approved in:** 15/03/2020

**Abstract:**

The aim of this study is to carry out the analysis of the morphological structure in the process of verbal inflection of imperative forms in Brazilian Portuguese (PB), with the purpose of showing that the paradigms portrayed in traditional studies do not reveal the real specificities of the system of verbal inflection of the PB. Thus, we intend to analyze the phenomenon of variation between indicative and subjunctive forms to express orders and requests, from a morphological perspective, aiming to bring about a greater understanding about the structure of the verbal flexional system of current Portuguese

**Keyword:**

Imperative; Morphology; Verbal Flexion.